

**Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e
Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Conteúdo

Balanços patrimoniais	03
Demonstrações de resultados	04
Demonstrações de resultados abrangentes	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras	08

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

Ativos	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.984	172.639
Contas a Receber - Adquirente	8	1.821.229	1.327.134
Impostos a recuperar		256.520	188.059
Outros créditos		589.968	2.592.148
Total do ativo circulante		2.671.701	4.279.979
Não circulante			
Aplicações financeiras LP		138.491	6.917
Depósitos judiciais - recursos trabalhistas		20.311	20.311
Imobilizado	9	169.047	197.667
Intangível	10	163.467	111.464
Total do ativo não circulante		491.315	336.358
Total do ativo		3.163.017	4.616.338

Passivos	Nota	2023	2022
Circulante			
Obrigações trabalhistas e sociais		10.842	55.184
Obrigações fiscais e tributárias	11	214.279	166.093
Empréstimos e financiamentos		-	793.916
Recursos de terceiros - conta digital	12	923.708	1.410.761
Outras contas a pagar		9.793	356
Total do passivo circulante		1.158.623	2.426.310
Não circulante			
Contas a pagar CSC		508.310	1.100.982
Contrato de mútuo		551.001	-
Total do passivo não circulante		1.059.311	1.100.982
Patrimônio líquido			
Capital Social	15.a	1.650.000	1.650.000
Prejuízo Acumulados		(602.943)	(458.826)
Ajuste de avaliação patrimonial		(101.974)	(102.129)
Total do patrimônio líquido		945.083	1.089.045
Total do passivo		3.163.017	4.616.338

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	<u>1.351.200</u>	<u>299.518</u>
Custos dos serviços prestados	17	(99.803)	(329.567)
Lucro Bruto		<u>1.251.397</u>	<u>(30.049)</u>
Despesas administrativas e gerais	18	(1.089.914)	(233.646)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	393.365
Outras receitas (despesas) não operacionais		-	113
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>161.483</u>	<u>129.783</u>
Receitas financeiras		707.976	3.701
Despesas financeiras		(1.013.576)	(293.426)
Resultado financeiro líquido		<u>(305.600)</u>	<u>(289.725)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(144.117)</u>	<u>(159.942)</u>
Imposto de renda e contribuição social			-
Resultado líquido do exercício		<u>(144.117)</u>	<u>(159.942)</u>
Resultado por ação (em R\$)		<u>(0,0873)</u>	<u>(0,0969)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(144.117)	(159.942)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(144.117)</u>	<u>(159.942)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2022	1.650.000	59.508	(101.988)	(358.392)	1.249.128
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(159.942)	(159.942)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(141)	-	(141)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.650.000	59.508	(102.129)	(518.334)	1.089.045
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(144.117)	(144.117)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	155	-	155
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.650.000	59.508	(101.974)	(662.451)	945.083

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>(144.117)</u>	<u>(159.942)</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	60.748	49.126
Receita Financeira	(123)	(3.701)
Lucro líquido Ajustado	<u>(83.493)</u>	<u>(114.517)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em Impostos a recuperar	(68.461)	(9.307)
(Aumento) Redução em Outros créditos	2.002.180	(2.589.958)
(Aumento) Redução em Contas a receber de clientes	(494.095)	307.070
(Aumento) aplicações financeiras LP	(131.574)	(6.917)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Tributárias	48.186	(88.861)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas e Sociais	(44.342)	46.471
Aumento (Redução) em Recursos de terceiros - conta digital	(487.053)	-
Aumento (Redução) em Outras contas a pagar	(583.235)	1.977.709
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>241.606</u>	<u>(363.793)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) Baixa de imobilizado	-	9.874
(Aquisição) baixa de intangível	(86.000)	(87.397)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(86.000)</u>	<u>(77.523)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos Outras Instituições	(791.768)	(119.773)
Empréstimos tomados com partes relacionadas	551.001	955.452
Pagamento empréstimos tomados com partes relacionadas	-	(962.037)
Empréstimo Tomado Outras Instituições	-	854.533
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(240.768)</u>	<u>728.175</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(168.654)</u>	<u>172.342</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	172.639	297
No fim do exercício	3.984	172.639
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(168.654)</u>	<u>172.342</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, regida por Estatuto Social e demais dispositivos da legislação brasileira, está inscrita sob o CNPJ de nº 11.469.083/0001-89, e na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP. Sob NIRE 35300551737. A Companhia é domiciliada no Brasil, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1355, 12 andar, Jardim Paulistano, em São Paulo – SP.

A entidade foi constituída em 14 de janeiro de 2010, tendo como principal atividade a atuação como arranjo de pagamento de transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, incluindo a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada em conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada à conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa.

A base legislativa para a exploração de sua principal atividade é a Lei nº 12.865/2013 e as Circulares nºs 3.680/2013, 3.681/2013 e 3.682/2013 do Banco Central do Brasil. Não obstante a regulamentação do setor das empresas de meios eletrônicos de pagamentos pelo Banco Central do Brasil, a Companhia não se enquadra na definição de instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595/1964. Por essa razão, os produtos financeiros oferecidos em sua plataforma digital são disponibilizados por parceiros, legalmente autorizados à sua prestação e ao oferecimento ao público, agindo a Companhia como mera correspondente bancária de referidas instituições.

Em sua gestão, estão observadas as disposições contidas em Estatuto Social e nas decisões e atos normativos (atas) aprovados por sua administração.

1.1 Da operação

A Cartos tornou-se uma Plataforma Digital de Créditos para pessoas físicas e jurídicas, que através de Conta Digital podem contratar linhas de créditos vinculados ao Programa de Participação nos Resultados (PPR), solicitar transferências bancárias para instituições financeiras e pagamentos de contas de consumo, tributos e boletos.

Após a homologação do Programa de Participação nos Resultados (PPR) por uma Pessoa Jurídica, a Cartos firma convênio com a empresa e aborda os funcionários, oferecendo a possibilidade de linhas de créditos, opcionais, cujas liquidações ocorrerão através do pagamento futuro do PPR, desde que este tenha atingido as metas estabelecidas e tenha participação de resultados provisionada para pagamento pela Pessoa Jurídica empregadora, com periodicidade anual ou semestral.

As pessoas físicas que optam por aderir às linhas de créditos vinculadas ao PPR, devem abrir a Conta Digital Cartos, disponibilizada através da página na internet e aplicativo disponível nos principais sistemas operacionais para telefones móveis.

Após análise de crédito dos valores, são disponibilizadas linhas de créditos na Conta Digital, que podem ser solicitadas por meio de Cédula de Crédito Bancário, emitidas por Cartos Sociedade de Crédito Direto S. A. (CNPJ: 21.332.862/0001-91).

Do ponto de vista documental, a Cartos firma contrato com a Pessoa Física (empregado de uma pessoa jurídica), sendo que neste documento, seu empregador dá ciência sobre a autorização para poder passar à Cartos as informações sobre os valores de PPR que este tem a receber anual ou semestral, bem como de sua obrigação de reter e liquidar o montante do PPR, equivalente ao saldo devedor do empréstimo contratado pela pessoa física, através da Conta Digital Cartos.

Para pessoas jurídicas, a Conta Digital Cartos é oferecida, mediante depósito prévio de valores, com os serviços de transferências e pagamentos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2024.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas com valores em reais, que é a moeda

funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para a centena mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, definição de propriedades para investimento, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

Toda receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. As receitas de serviços prestados ao portador são registradas na forma de taxas de saque ou taxas administrativas, no momento em que ocorre a prestação de serviço.

A receita de ativos financeiros de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto,

sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre contas a receber e mútuos com partes relacionadas, rendimentos de aplicações financeiras e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, multas e juros pagos, IOF e tarifas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação nos programas de resultados de curto prazo. A participação nos programas de resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

d. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos

f. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Adicionalmente, classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não exceda ao valor de mercado.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Passivos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento de capital de giro.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, fornecedores, contas a pagar e contratos de swap.

(v) *Capital social*

O capital social é composto de ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não derivativos

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima

o valor recuperável do

ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não, e formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor

justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

k. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

7 Caixa e equivalentes a caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	3.984	10.200
Contas a receber intercompany	-	162.439
	3.984	172.639

Os saldos de depósitos bancários e contas a receber intercompany têm a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

8 Contas a receber – Adquirente

	2023	2022
Contas a Receber - Adquirente	1.821.229	1.327.134
	1.821.229	1.327.134

Correspondem aos valores a receber das transações de pagamentos processadas dos estabelecimentos comerciais junto a Adquirente, que totalizaram R\$ 1.821.229 em 2023 (2022 - R\$ 1.237.134).

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não receberá valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Sociedade não possui histórico de perdas com recebíveis de clientes e, bem como não possui valores relevantes em atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, portanto não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

9 Imobilizado

Custo Imobilizado	Computadores e Periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.998	228.358	85.722	364.078
Aquisição	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.998	228.358	85.722	364.078

Depreciação	Computadores e Periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(49.368)	(38.759)	(78.283)	(166.411)
Depreciação	(175)	(22.714)	(5.732)	(28.620)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(49.543)	(61.473)	(84.015)	(195.031)

Saldo em 31/12/2022	630	189.599	7.439	197.667
Saldo em 31/12/2023	455	166.885	1.707	169.047

10 Intangível

Custo Intangível	Programas e Software	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	714.360	5.285	719.645
Aquisição	86.000	-	86.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	800.360	5.285	805.645

Amortização	Programas e Software	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(608.181)	-	(608.181)
Amortização	(33.997)	-	(33.997)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(642.177)	-	(642.177)
---------------------------------	-----------	---	-----------

Saldo Balanço em 31/12/2022	106.179	5.285	111.464
Saldo Balanço em 31/12/2023	158.182	5.285	163.467

11 Obrigações Fiscais e Tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cofins a recolher	67.770	13.714
Pis a recolher	14.298	2.404
ISS a recolher	42.071	4.931
IRPJ a recolher	65.118	65.118
CSLL a recolher	19.124	19.124
Pis - parcelamento administrativo	-	1.213
Cofins - parcelamento administrativo	-	7.465
IRRF a recolher	1.491	12.787
Contribuições retidas a recolher	4.408	39.336
	<u>214.279</u>	<u>166.093</u>

12 Recursos de terceiros – conta digital

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recursos de terceiros – conta digital	923.708	1.410.761
	<u>923.708</u>	<u>1.410.761</u>

Correspondem aos valores a pagar das transações de pagamentos processadas dos estabelecimentos comerciais junto a Adquirente, que totalizaram R\$ 923.708 em 2023 (2022 - R\$ 1.410.761).

13 Provisão para contingências

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não foram identificadas contingências fiscais, tributárias, trabalhistas e outros, cuja probabilidade de perda seja provável ou possível, com isso não há valores passíveis de provisionamento até 31 de dezembro de 2023 e 2022.

14 Cobertura de Seguros

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 permaneceu inalterado de 1.650.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

b. Reservas de lucros

Por se tratar de uma sociedade anônima, a Companhia está obrigada a constituir uma reserva legal anualmente a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25% a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados a seguir:

	2023		2022	
	contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não derivativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.984	3.984	172.639	172.639
Contas a receber adquirente	1.821.229	1.821.229		
Outros créditos	589.968	589.968	2.592.148	2.592.148
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	793.916	793.916
	2.415.181	2.415.181	3.558.703	3.558.703

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (ii));
- Risco de liquidez (veja (iii)); e
- Risco de mercado (veja (iv)).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar

os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Para maiores detalhes sobre concentração de receita, (veja nota explicativa 9(c)).

Em 31 de dezembro de 2022, mais de 90% dos clientes da Companhia vêm operando por mais de 5 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - Tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - Irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c. **Risco operacional**

A Cartos é uma administradora de cartões crédito, conforme previsto no artigo 3º do estatuto social. Embora a Companhia ainda não tenha emitido cartões de crédito para utilização em redes comerciais, por uma questão de viabilidade econômico e financeira, o contrato de adesão ao cartão permite que a Companhia faça a intermediação de linhas de crédito para seus usuários. A operacionalização do crédito destas linhas ocorre através transferência eletrônica disponível (TED) em “contas correntes” ou em “contas poupanças” informadas por seus usuários. Este sistema operacional de depósito em conta corrente é prática deste mercado, sendo utilizado por outras administradoras de cartão de crédito.

A intermediação de linhas de crédito está condicionada ao recebimento da informação da performance do funcionário para participação de resultados que os usuários do cartão (funcionários das empresas) receberão anual ou semestralmente. Este recebimento da informação baseia-se numa troca de arquivos (*upload*) em sistema da Companhia, compatível ao sistema do empregador dos usuários do cartão.

No termo eletrônico de adesão ao cartão constam os dados das contas correntes, cujos créditos dos empréstimos/saques são realizados. Estes termos são preenchidos de maneira eletrônica no site da Companhia.

d. Risco de taxa de câmbio

Riscos relacionados aos financiamentos em moeda estrangeira

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente euro e dólar, decorrentes de empréstimo para capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

16 Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de prestação de serviços	1.609.039,63	499.477
(-) Impostos incidentes sobre serviços	(257.840)	(82.876)
Receita operacional líquida	1.351.200	416.601

17 Custo dos serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas processamento de dados	(99.803)	(329.567)
Receita operacional líquida	(99.803)	(329.567)

18 Despesas administrativas e gerais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com viagens e estadias	(44.640)	-
Despesas com depreciação	(60.748)	(29.874)
Despesas com aluguéis	(86.992)	(198.622)
Despesas com processamento de dados	(20.464)	-
Despesas com taxas diversas	(65.364)	-
Despesas com serviços prestados PJ	(192.648)	(5.000)
Despesas com chips maquinas POS	(25.803)	-
Despesas com publicidade e propaganda	(60.000)	-

Despesas com pessoal	(511.579)	-
Outras despesas administrativas	(21.676)	(150)
	(1.089.914)	(233.646)

19 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	1.112	-
Descontos obtidos	123	(29.874)
Receitas Gateway	11.377	(198.622)
Receita com antecipação de recebíveis	695.364	448.922
Receitas financeiras	707.976	452.675

	2023	2022
Tarifas bancárias	(24.413)	(11.739)
IOF	(45.118)	(19.310)
Juros de empréstimos	(252.264)	(2.163)
Perdas em aplicação financeira	(5.353)	-
Despesas com antecipação de recebíveis	(686.429)	(260.214)
Despesas financeiras	(1.013.576)	(293.426)

Composição da diretoria

Henrique Souza e Silva Peretto - Diretor Presidente

Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo – Diretor sem designação específica

Sérgio de Castro Emsenhuber – Diretor sem designação específica

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09
Diretor Presidente

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP
Responsável Técnico